

3. A PESQUISA NA FACULDADE DE DIREITO

SIDNEI AGOSTINHO BENETI

Juiz do Tribunal de Alçada Criminal, Professor Titular de Direito Processual Civil - FDSB Campo-SP, Professor Assistente Vol. Direito Penal - FDUSP, Conselheiro da Escola Paulista da Magistratura, Pesquisador do "Max-Planck Institute", BRD, 1988 e participante do Seminário "Courts Administration in the USA", USIA, 1989

1. Preliminares

As presentes observações são singela colaboração ao XVIII ENCONTRO BRASILEIRO DE FACULDADES DE DIREITO, oferecidas em obediência a honrosa designação do Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Aniceto Lopes Aliende.

Não são informação técnica, mas, somente, resultado de reflexões pessoais, com poucas horas para condensação em escrito. Sumário forçosamente incompleto, contém idéias para reflexão futura; não, evidentemente, conclusões que se pretendam definitivas.

2. Níveis da Pesquisa

Posta à parte a diversidade curricular, a pesquisa deve ser vista de forma diferente nos cursos de bacharelado e de pós-graduação, mas não deve ser privilégio deste. Ao contrário, falha correntia nas Faculdades de Direito é a ausência de treinamento do corpo discente na operacionalização da pesquisa durante o Curso de Bacharelado, o que cria dificuldades que já deveriam ter sido superadas, quando do início do Mestrado ou Doutorado.

Em ambos os níveis, é conveniente que a pesquisa explore o bom incentivo à aplicação, consistente na competitividade, uma das molas mestras da produtividade da Universidade desenvolvida. Temas concorrentes não são de ser banidos, visto que produzirão um de dois bons resultados: a competitividade ou a harmonização de esforços, dependendo de componentes contingenciais. E, de qualquer forma, significarão, pela pluralidade de trabalho, garantia de algum resultado positivo, mesmo no caso de insucesso de algum ou alguns pesquisadores.

Os temas naturalmente devem ser dosados aos níveis. No Bacharelado parece mais apropriado trabalhar com temas dogmáticos ou descritivos, em tratamento forçosamente generalista de reconhecimento e fixação dos institutos fundamentais. Na Pós-Graduação será bom que se enfatize a necessidade de produção de resultados novos, mediante o tratamento o mais profundo possível de campos menores, ressaltados os trabalhos que visem à junção de pontos pertinentes a campos reduzidos, integrados em objetivo maior de criação de um novo todo.

3. Projetos de Pesquisa

É decisivo para o sucesso de trabalho de pesquisa seja o início precedido de projeto o mais pormenorizado possível, contendo, necessariamente, clara tese provisória como objetivo a ser perseguido e continuamente testado, bem como indicação bibliográfica de partida.



Frisa-se a exigência do objetivo de produção do novo: um ponto ainda não explorado de um instituto jurídico (p. ex.: tantos assuntos na jurisdição voluntária!), uma sistematização congruente de instituto matrizes (p. ex.: direitos constitucionais fundamentais e formas de prisão provisória!), uma crítica ainda não realizada de bloco cristalizado do Direito (p. ex.: supremacia social da propriedade, posse ou detenção! validade dos instrumentos do mercado de capitais criados na década de 60!).

É importante a busca do novo, razão de ser da pesquisa e fermento da atividade intelectual profícua, podendo, contudo, o novo, ser uma boa e clara apresentação sistemática do já feito e tranqüilo (p. ex.: sistematização do usucapião, do sistema registrário, do processo de retificação de área!).

O projeto de pesquisa deve ser claro, ainda que cautelosamente provisório. Segue-se a regra de que as idéias que não podem ser claramente expostas em escrito precisam ser amadurecidas antes de virem a justificar gasto de tempo e esforços, do pesquisador e das demais pessoas envolvidas no trabalho.

4. Temas

Os temas podem ser espontaneamente apresentados pelos candidatos à pesquisa ou determinados em lista de assuntos de interesse da instituição universitária, sobre os quais esta deseje aprofundamento. É comum, em outros países, que as pesquisas se dirijam a campos sobre os quais a instituição se aplique no momento não raro devido a contratos com o Governo, de realização de estudos, principalmente de Direito comparado, visando à elaboração de projetos de reforma de leis ou a contratos com entidades privadas tendentes à preparação de atuação em determinados campos de interesse ou ao aperfeiçoamento da atuação que venha sendo realizada.

O bom temário, com clara definição dos objetivos da pesquisa já na síntese do título, é boa parcela do caminho do sucesso já percorrida — até porque só se sintetizam idéias integrantes de nocionamento já bem meditado.

Não deve haver nenhum constrangimento da instituição responsável pela pesquisa em recusar temas, projetos e candidatos. Ao contrário, devem seus orientadores atuar firme e decididamente nas recusas e alterações, o que só prestigia as entidades instituidoras da pesquisa e, conseqüentemente, leva à melhor qualidade e à credibilidade externa.

5. Orientadores

O bom nome do orientador é essencial ao trabalho de pesquisa. Devem os orientadores serem pontos cardiais da instituição, profissionais dotados de credibilidade notória, por trabalhos sérios numerosos anteriormente realizados, além, naturalmente, de serem pessoas aptas ao trabalho ascético da leitura de textos quando cheguem ao ponto final do trabalho e capazes de fácil contacto pessoal com os pesquisadores — pouco importando se formal ou informal, bastando que, sempre, seja freqüente e sério.

É muito importante para o pesquisador que o orientador “corra” as mesas de trabalho em rotina pessoal bem estabelecida e raramente alterada. Cria-se o esteio psicológico tão útil ao ânimo do pesquisador, dedicado, não se olvide, a regime de trabalho próximo do monástico, em se tratando da ciência do Direito.

6. Instrumental

Deve-se ter muito cuidado em ceder a reivindicações ambiciosas de instrumental, com amadurecidas e muitas vezes motivadas por fatores contingenciais.

Exemplifica-se com a reiterada idéia de que todas as classes universitárias devem ter reduzido número de alunos. Geralmente é assim, mas nem sempre. Classes para informações trazidas por professores extremamente ocupados em atividades universitárias, ou na própria pesquisa, ou em quaisquer outras atividades (profissionais, produção escrita, freqüência a congressos, p. ex.) devem, naturalmente, ser de grandes dimensões, a fim de que não se escravizem os profissionais aptos aos mais altos vãos intelectuais, fincando-os a inúmeras e fragmentárias aulas repetitivas em classes minúsculas ou se privem parcelas de alunos desse prestigioso contacto docente.

O mesmo ocorre com a pesquisa. Ao bom pesquisador, que deve ser incentivado na mesma proporção em que o pesquisador improficuo, dispersivo ou vadio, deve ser evitado: bastam, em última redução, a biblioteca, em que deve pessoalmente procurar e apanhar os livros, e a mesa confortável e permanente de trabalho, de que possa fazer seu pequeno **habitat** no trabalho.

É conveniente que se busquem fichários amplos mesmo para livros não encontrados na biblioteca da instituição, contendo, esses fichários, a clara indicação da biblioteca em que possam ser localizados e pedidos livros ou cópias (p. ex.: anotação de telefones, números de **fac simile**, nomes de bibliotecários para referências).

É imprescindível que a instituição possua aparelhos como máquinas de **xerox** auto-operáveis pelos pesquisadores (mediante remuneração ou não das cópias extraídas), bem como aparelhos **fac simile**, telefone de fácil utilização (ainda que público) e uma caixa de correio bem próxima, com coleta diária.

Deve haver um núcleo de serviços apto a servir a todos os pesquisadores, sem exagero ou abuso: serviços de datilografia normal, atendimento de telefone para recados e chamadas delegáveis e eventual operação de aparelhos de computação.

No atual estágio do aparelhamento, será importante o fornecimento de instrumental de informática, desde o microcomputador singelo, até a integração em redes nacionais e internacionais de comunicação informática (sistemas **Bitnet**, **Rempac**, "vídeo-texto" e outros), instrumentos já largamente utilizados no mundo, a custos compatíveis com médias forças.

O prédio em que se situe a biblioteca central da pesquisa deve possuir singelos equipamentos de convivência, troca de idéias e pausas de frugal lazer (cafeteria com mesas em que seja possível reunir colegas para um café, bancos externos, à sombra e ao sol etc.).

Esse é o instrumental mínimo. Com ele será possível desenvolver boa pesquisa, independentemente de custoso pessoal de apoio, como secretárias, **office-boys** e outros recursos.

7. Seminários

Os seminários são o controle externo da pesquisa, são o momento em que o pesquisador ordena idéias em apresentação pública. Guardadas as naturais peculiaridades de maior ou menor possibilidade de devassamento de temas ainda não definitivamente desenvolvidos, devem os seminários ser obrigatórios e largamente incentivados, devendo deles participar todos os pesquisadores, ainda que na qualidade de ouvintes.

Os seminários devem, preferencialmente, realizar-se em sala diversa da em que se situem as mesas permanentes dos pesquisadores, a fim de que não interfiram na "ordem" em que nestas deixados livros, anotações, fichas etc., bem como para que não se misturem locais de concentração com os de fala em voz alta.

8. Estágios

É conveniente que a instituição desenvolva, para seus pesquisadores, programação de estágios, e visitas a instituições de interesse para o trabalho de cada um sobre o tema.

Se não puder desenvolvê-los, ao menos deverá estar sempre pronta a apoiar, inclusive com interferência junto a centros de admissão de estágios, as iniciativas dos pesquisadores.

9. Duração das Horas de Pesquisa

O horário de realização da atividade de pesquisa deve ser claramente definido, para permanência do pesquisador no trabalho — seja de período integral, seja de determinadas horas por dia ou semana.

A evidência cotidiana de rotina responsável é muito importante no trabalho de pesquisa, mesmo no caso de estudantes que, na nossa realidade, evidentemente, não possam dedicar-se, devido a trabalho e a outros fatores, a pesquisa **full-time**. Deve-se procurar o ponto de equilíbrio diante das peculiaridades individuais e definir rotinas, tarefas e responsabilidades claramente, se possível em escrito assinado pelo pesquisador e pelo orientador.

10. Financiamento

Pode e deve ser tentada a implantação de sistema de financiamento de pesquisas por entidades públicas e particulares — de preferência estas — com ou sem retribuição futura do pesquisador.

A experiência internacional mostra gama imensa de possibilidades, que, infelizmente nas aperturas deste escrito, é possível relatar.

11. Encerramento

É impossível esgotar os pontos referentes ao planejamento de uma boa instituição de pesquisa. Mas esse tipo de atividade é extremamente necessário à Universidade brasileira, especialmente às Faculdades de Direito, cujos alunos não primam pela frequência ao laboratório típico da ciência jurídica que é a biblioteca.

Esta comunicação para cuja singeleza se solicita a compreensão dos eminentes participantes do Encontro, procurou ater-se à operacionalidade sistemática, deixando de lado, ainda que assunto relevante, outras implicações que a matéria ensejaria, inclusive de ordem sociológica, política e filosófica — que podem ficar para outra oportunidade, quicá sob novos horizontes decorrentes de implantação efetiva de produtivo sistema de arquivos.

Agradece-se pela gentileza da atenção dedicada à presente comunicação.